



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. \_\_\_\_\_, DE 2021

(Do Sr. Alessandro Molon)

*Susta os efeitos do Decreto nº 10.628, de 12 de fevereiro de 2021, que “altera o Decreto nº 9.845, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro e a posse de armas de fogo e de munição”.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica susgado, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, o Decreto nº 10.628, de 12 de fevereiro de 2021, que “altera o Decreto nº 9.845, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro e a posse de armas de fogo e de munição”.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Desde que tomou posse, o presidente da República, ignorando todos os estudos que indicam que mais armas em circulação acarretam mais mortes, vem constantemente editando normas que facilitam o acesso à armas de fogo e munições, ferindo o espírito do Estatuto do Desarmamento. As consequências de tamanha irresponsabilidade já começam a ser percebidas:

Documento eletrônico assinado por Alessandro Molon (PSB/RJ), através do ponto SDR\_56287, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

mais de 140 mil novas armas de fogo foram registradas no Brasil no ano passado, e os homicídios aumentaram 5%, mesmo num ano de isolamento social.

Mesmo após a divulgação dos números alarmantes, o governo surpreendeu a todos, ao apagar das luzes da última sexta-feira, véspera de carnaval, com uma nova leva de decretos que facilitam, ainda mais, o acesso a armas e munições.

Um deles, o nº 10.628, aumenta o número de armas permitido por cidadão, passando de 4 para 6 armas permitidas. Esse número pode subir para 8 em casos de carreiras que necessitem da posse e do porte de armas para o exercício de suas funções, como Forças Armadas, polícias e membros da magistratura e do Ministério Público.

Ressalta-se que o decreto foi editado sem qualquer justificativa ou estudo que embase a suposta necessidade do aumento do número de armas permitidas. Essas alterações certamente colocam em grave risco a vida de todos os brasileiros, favorece o crime organizado e ameaça a própria democracia no país.

O decreto, ao aumentar ainda mais a quantidade de armas permitidas, vai na contramão do Estatuto do Desarmamento, que previu um sistema de permissividade restrita da posse de armas. Resta evidente que o decreto altera a finalidade do Estatuto, extrapolando a mera regulamentação. Tal alteração não poderia, portanto, ser feita por meio de decreto.

Dessa forma, por extrapolar o poder regulamentar, faz-se necessária a sustação do Decreto nº 10.628, de 12 de fevereiro de 2021, para o que conto com o apoio dos nobres Parlamentares.

Sala de Sessões,                      de                      de 2021.

**ALESSANDRO MOLON**

Documento eletrônico assinado por Alessandro Molon (PSB/RJ), através do ponto SDR\_56287, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

PSB/RJ

Documento eletrônico assinado por Alessandro Molon (PSB/RJ), através do ponto SDR\_56287, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

